



O futuro venceu o passado

A sanção da Lei 11.470/08 moderniza o Fisco baiano, faz justiça ao trabalho de todos os fazendários e impõe uma grande derrota às forças do atraso.



Na madrugada do dia 1º de abril, a Assembléia Legislativa aprovou o PL 17.713/08, o projeto de lei que promove mudanças na carreira dos servidores do Fisco, traz expressivo incremento salarial para ativos e aposentados e moderniza as relações de trabalho na Secretaria da Fazenda. Em 8 de abril o governador sancionou o texto, agora Lei 11.470/08.

A Bahia se junta assim a outros 25 estados do País que já haviam promovido modificações no Fisco. Agora, centenas de Auditores Fiscais e Agentes de Tributos, de forma real, virlumbram a possibilidade de se aposentar, condição à qual estavam praticamente

impedidos. E novas vagas serão abertas no Fisco, permitindo a convocação de concurso público.

A aprovação do PL, ademais, representou uma derrota das forças do atraso, que governaram a Bahia nos últimos 16 anos. O alongamento da tramitação do projeto terminou por derrubar, definitivamente,

a máscara da ONG de ex-dirigentes da Sefaz que se opunha às mudanças. Da crítica à constitucionalidade do texto, a posição dos contrários desaguou para um elitismo conservador e a uma clara manifestação de oposição ao governo Wagner. Nada novo, diga-se, mas agora de forma bem explícita.

Páginas 2 a 7

**Auditores e Agentes têm
nova batalha na Assembléia
para aprovar novo subteto**

Página 6 e 7

Após um ano de debate na sociedade e quatro meses de tramitação na Assembléia Legislativa, mudanças na carreira do Fisco são aprovadas pelos deputados

Projeto aprovado pela ALBA

Quis o destino que o PL do Fisco fosse aprovado nas primeiras horas da manhã do dia 1º de abril. Após uma intensa batalha com as forças que representam o atraso na Fazenda e na Bahia, o PL 17.713/08 passou, derrotando a mentira e o rol de informações deturpadas. No “Dia da Mentira”, prevaleceu a verdade e a vontade da maioria.

Foi mais de um ano de debate na sociedade, com o Sindicato tendo que aplicar dezenas de milhares de reais dos recursos da contribuição dos seus associados para desmentir informações deformadas, divulgadas de forma irresponsável pela ONG de ex-dirigentes da Sefaz que faz oposição ao governo. Foram mais quatro meses de batalha na Assembléia, enfrentando pareceres jurídicos fabricados, manipulações de opiniões de juristas e do Ministério Público e uma obstrução política da Oposição, capitaneada pelo deputado Carlos Gaban (DEM/PFL).

Nunca, destacou os mais antigos deputados da Casa - entre os quais Marcelo Nilo e Pedro Alcântara -, um projeto

foi tão discutido na Casa. Os fazendários “sangraram”. Quatro meses de tramitação, diversos adiamentos para a apreciação, adiamento da votação de uma semana para a outra, realização de uma sessão especial para discutir a questão em plena segunda-feira (algo raro de ocorrer na Assembléia, uma sessão plenária ser suspensa para debater um único projeto de forma extraordinária). Tudo isso esvaziou o discurso da

inconstitucional.

A aprovação do PL acaba com 20 anos de debate interno na Sefaz sobre a atribuição dos cargos. Isso porque, em alguns setores, em especial no Trânsito de Mercadoria, o Agente de Tributos inicia e realiza grande parte do trabalho de fiscalização, mas não finaliza o processo, que é lavrar o Auto. Em 25 estados do Brasil isso já havia sido resolvido, seja via a

implementação da carreira única, seja via a permissão para que todos os cargos do Fisco constituam crédito tributário. A Bahia se junta agora a este grupo.

O PL foi sancionado pelo governador Wagner no dia 9 de abril. Agora, aguarda-se a implementação

das medidas trazidas pelo projeto no dia-a-dia da Sefaz. É importante o Gabinete da Secretaria ficar atento a possíveis sabotagens dos que lideram a oposição às mudanças. A categoria, em especial os Auditores Fiscais, aguarda também a rápida modificação do subteto salarial, para que centenas de colegas desse segmento não tenham que extorçar ao Estado os ganhos do PL 17.713 (ver matéria na página 6).



Oposição de que se estava fazendo um rolo compressor.

Ao final, após duas sessões de intensos debates, a Assembléia aprovou a matéria com a quase totalidade dos presentes. A Oposição, derrotada, se retirou do plenário. O deputado Artur Maia (PMDB) absteve-se, contra orientação do seu partido. Minutos antes ele havia feito um discurso desinformado contra o projeto, taxando o mesmo de

Repercussão

Aprovação do PL 17.713/08 representou derrota da oposição e deixou claro o comportamento oposicionista da ONG de ex-dirigentes da Sefaz

Debate do PL foi político

Desde que o projeto do Fisco chegou à Assembléia em dezembro, ficou claro o caráter político do debate em torno da matéria. A Oposição tratou de transformar este tema num cavalo de batalha e utilizar o PL para desgastar o governo. Para a bancada oposicionista foi um prato cheio. Para os que se opunham às mudanças dentro da Sefaz foi um tiro no pé.

Ao politizarem a matéria e buscarem abrigo no que existe de mais atrasado na Assembléia Legislativa, os ex-dirigentes da Sefaz abrigados na ONG IAF mostraram o verdadeiro papel que a entidade joga na oposição ao governo Wagner. Outros fatos ocorridos ao longo do processo deixam isso claro. Citamos a presença na Assembléia Legislativa nos dois dias de apreciação do PL da alta cúpula da Fazenda de governos anteriores, raivosas críticas ao Secretário Carlos Martins e outros dirigentes da Casa através do site do agrupamento, diversas denúncias na imprensa contra a condução da Sefaz por época da tramitação da matéria e, no apagar das luzes, o surgimento da “cópia da metade de um e-mail” do correio interno da Secretaria, com uma suposta perseguição à TV Bahia (veja página 4). Com o tempo, há de se verificar o desenrolar dos acontecimentos.

Fora isso, há de se destacar algumas questões



Deputados discutiram o PL durante quase 12 horas de sessão

fundamentais em torno da tramitação do PL do Fisco. Primeiro, que vivemos um novo tempo de democracia na Bahia, pois nunca um projeto foi tão discutido como esse, antes de ser aprovado. Segundo, a paciência e a tolerância da bancada do governo, que suportou as obstruções e manobras da oposição e mesmo sendo maioria, permitiu o debate aberto, sem tolher a divergência, prática que era comum na Assembléia quando os hoje oposicionistas faziam parte da bancada governista. Terceiro, o papel fundamental desempenhado pelos fazendários filiados, que mesmo sendo maioria absoluta dos servidores do Fisco que se dirigiram à Casa, mantiveram a calma, inclusive quando provocados pelo IAF. E quarto, o papel firme e decidido de alguns parlamentares, que mesmo sendo xingados

e ameaçados por alguns ex-dirigentes da Fazenda mais desequilibrados, não titubearam na defesa do nosso projeto.

Um destaque importante deve ser dado aos 1.300 auditores fiscais filiados ao Sindicato, companheiros que resistiram ao assédio moral, às pressões e tentativa de desmoralização praticada pela ONG dos ex-dirigentes da Fazenda. Colegas valorosos, que sabem a importância de termos uma Sefaz eficiente e pacificada para cumprir sua função social. É fundamental que seja feito este reconhecimento e que possamos todos, Auditores Fiscais e Agentes de Tributos, garantir a unidade para aprovar imediatamente a mudança do subteto e construir uma Lei Orgânica da Administração Tributária, que coloque a Bahia no rumo da modernização do Fisco.

Plenário

Mesmo com toda a pressão dos ex-dirigentes, parlamentares são firmes

Deputados leais à categoria

Os fazendários reconhecem o empenho do governo e da sua bancada na aprovação da matéria. Em todos os momentos, mesmo sob cerrada pressão e até agressividade dos ex-dirigentes da Sefaz, os parlamentares governistas foram leais aos fazendários, resistindo ao comportamento revanchista e ameaças dos contrários.

Queremos fazer referência especial aos deputados **Marcelo Nilo (PSDB)**, pela firmeza, inteligência e espírito democrático na condução da Casa. Outro que merece destaque foi o deputado **Zé Neto (PT)**, um dos primeiros a apoiar os fazendários, que a todo tempo denunciou o comportamento contraditório dos oposicionistas.

Outros deputados também contribuíram com a categoria na discussão, como **Pedro Alcântara (PR)**, na sua insuspeita posição de ter feito parte da bancada do governo anterior e ter a coragem de dizer que as críticas da oposição atual na condução da votação não eram verdadeiras. O deputado **Javier Alfaya (PCdoB)**, como sempre ajudando, com seu natural espírito crítico, ao denunciar o caráter elitista da posição da ONG dos ex-dirigentes da Sefaz. E o líder do governo, deputado **Waldenor (PT)**, pela paciência diante da manobra da oposição e a capacidade política na condução da bancada.

O Sindsefaz faz um registro especial ao deputado **Álvaro Gomes (PCdoB)**, que foi o parlamentar que mais vestiu a camisa da categoria

durante a tramitação do PL, reconhecimento devido após a sessão, quando foi carregado pelos fazendários, no saguão do plenário.



Bola fora

Atitudes de Gaban e cobertura da TV Bahia confirmam o caráter político da apreciação do PL 17.713/08

Inimigos dos fazendários

Não se sabe a razão precisa da posição extrema do deputado Carlos Gaban (DEM/PFL) - assistido na raivosa obstrução ao PL, de forma secundária, pelos deputados Heraldo Rocha (DEM/PFL), Elmar Nascimento (PR), João Carlos Bacelar (DEM/PFL) e Artur Maia (PMDB).

Ex-líder do governo de César Borges e presidente da Assembléia no governo de Paulo Souto, Gaban é mais conhecido nos meios políticos pelo envio ao exterior de U\$ 180 mil não declarados, através das contas CC5 do Banestado, coisa que até hoje ele nunca explicou.

Apeado das benesses governamentais da época do carlo-soutismo, o deputado tomou para si a posição da ONG dos ex-dirigentes da Sefaz. Protagonizou, ao longo dos debates, uma pantomima ao propagandear pareceres inexistentes ou desconstruídos do MP-BA e da OAB. Da tribuna da Assembléia, atacou covardemente os colegas Jorge Wilton (Auditor Fiscal, ex-dirigente do Sindicato e atual Diretor Geral da Sefaz) e a colega Marlúcia Paixão (Agente de Tributos recém admitida, presidente licenciada do Sindicato dos Bancários de

Ilhéus), que não puderam se defender, pois não podem usar a tribuna da Casa. Patrocinou uma ridícula ação judicial contra a tramitação do PL, rejeitada ainda na primeira instância. E articulou uma manobra regimental para adiar por mais uma semana a votação da matéria pelo plenário.

Todas as suas manobras, entretanto, foram em vão. Um deputado da própria oposição, que não vamos divulgar o nome por motivos óbvios, dizia não entender o motivo de tamanha exposição de Gaban nessa questão. Comentários, entretanto, nem um pouco lisonjeiros, corriam nos bastidores da Casa durante a festa do parlamentar. Davam conta dos motivos pelos quais comprou de forma tão atabalhoada e displicente a posição dos contrários.

Por fim, de certo, o deputado se transformou em inimigo da categoria e terá a resposta adequada, em suas bases eleitorais, em 2010. Ele pode ter certeza que os ganhos obtidos junto a uma minoria de ex-dirigentes apegados a privilégios na Fazenda não compensará o desgaste que acumulou junto a 90% dos fazendários.

Papelão

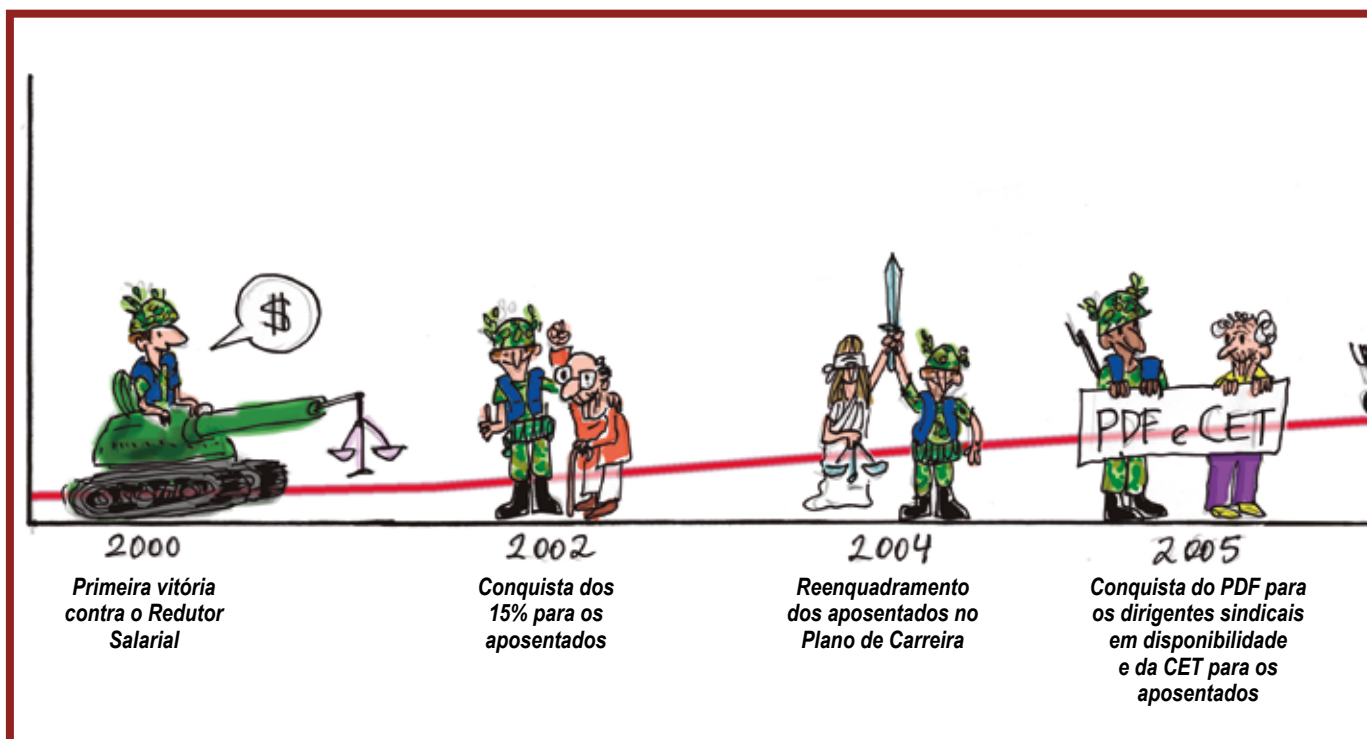
A TV Bahia foi um capítulo à parte no dia da votação do PL do Fisco. Qualquer criança pequena sabe das ligações da emissora com o grupo político que perdeu as eleições na Bahia em 2006 e de seu interesse no desgaste do governo Wagner. Mas como se tratava de uma questão específica de uma categoria de servidores do estado, esperava-se que a TV fizesse uma cobertura isenta, até porque o Sindsefaz é anunciante da emissora, nada tendo contra a mesma, portanto. Mas o que se viu foi um papelão.

O veículo produziu, no dia 31 de março, matéria parcial e tendenciosa, claramente contrária à aprovação do projeto. Alertada sobre os equívocos de sua matéria, a repórter destacada para a cobertura, Raquel Porto Alegre, protagonizou um bate-boca com diretores do Sindicato e repetiu, no jornal do dia seguinte, os mesmos "erros" do dia anterior.

Ficou explícita a articulação entre a TV e a bancada de oposição, com a câmera do veículo, dentro do plenário, filmando apenas os discursos contrários ao PL. Muito estranho o comportamento da emissora, pois foi o único veículo a fazer a cobertura da sessão até o final, talvez antevendo o discurso de João Carlos Bacelar com uma denúncia que a envolvia. Mas isso fica no campo da estranheza, apenas.

O Sindsefaz enviou uma carta à direção de jornalismo da TV Bahia - com cópia para a Rede Globo e a Associação Baiana de Imprensa - fazendo considerações a respeito da cobertura da emissora.





Subteto

Governador promete mudar o subteto salarial ainda em abril

Mudança será por PL

Desde a aprovação na Assembleia Legislativa (ALBA) do PL 17.713/2008 que culminou com a sanção da Lei 11.470, em 8 de abril de 2009, que o Sindsefaz vem negociando junto a vários setores do Governo, objetivando a criação de um subteto salarial para o Poder Executivo da Bahia e a determinação de um valor que contemple a maioria dos servidores da Fazenda.

Na audiência com o secretário Carlos Martins, dia 13 de abril, o mesmo garantiu que o Governador faria a mudança ainda neste mês, de forma que os fazendários com vencimentos maiores não tivessem mais prejuízos. No dia 17 de abril, tomamos conhecimento que a Procuradoria Geral do Estado já teria definido a forma legal de alteração do subteto na

Bahia. O governo encaminharia à Assembleia Legislativa, nos próximos dias, Projeto de Lei que criaria um fator que multiplicado ao vencimento do Governador (que não seria alterado) se chegaria a um subteto do Poder Executivo no valor de R\$ 15.600,00.

A diretoria do Sindsefaz, ciente que a folha de pagamento dos servidores estaduais já foi realizada, vem fazendo gestões junto aos diversos setores do Governo para garantir a retroatividade da futura Lei ao mês de março de 2009, evitando estornos para imensa maioria dos servidores da Fazenda.

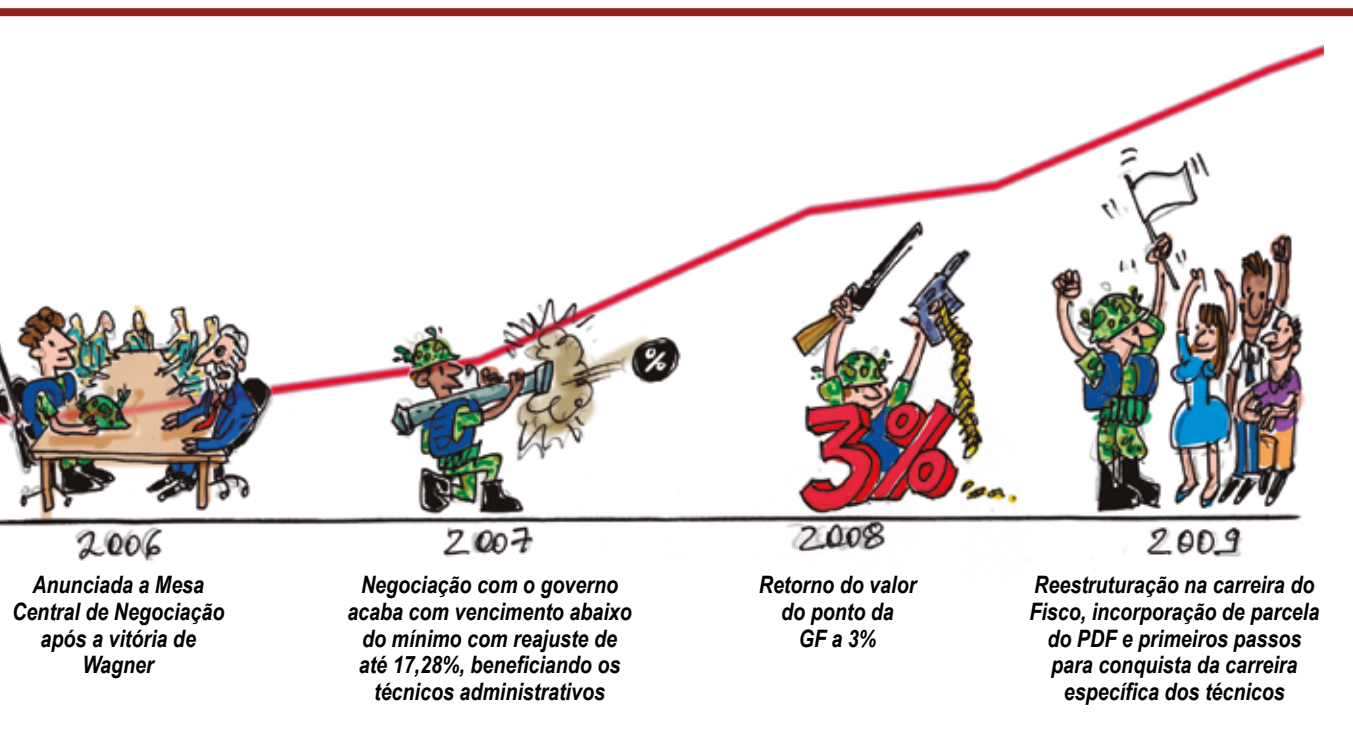
Então, como a "folha já foi rodada" e há um tempo natural de tramitação de Projeto de Lei na ALBA, o Sindsefaz tem afirmado ao Governo que a categoria fazendária não vai

aceitar qualquer prejuízo nos meses de março e abril por conta da falta de celeridade quanto a esta questão. Portanto, os possíveis estornos que poderão ocorrer este mês terão que ser restituídos no próximo mês. Com a palavra o governo do Estado.

REGULAMENTAÇÃO DA GF DO FISCO

Segundo informações, até agora informais, as novas GF - Gratificações de Atividades Fiscais - em especial dos servidores lotados no Trânsito de Mercadorias, não estariam computadas nos contra-cheques deste mês de abril/09. O motivo seria a "falta de regulamentação".

No dia 17 de abril o Sindsefaz procurou o gabinete da Sefaz para tratar do assunto, mas não obteve retorno.



Remuneração dos AFs e ATEs após a aprovação do PL do Fisco.

Cargo	Classe	Out2008			Fev/2009			Mar/2009			Mar/2010			Mar/2011		
		Ativo		Inativo	Ativo		Inativo	Ativo		Inativo	Ativo		Inativo	Ativo		Inativo
		Salário	PDF	Salário	Salário	PDF	Salário	Salário	PDF	Salário	Salário	PDF	Salário	Salário	PDF	Salário
ATE	1	4.596	2.483	4.854	5.163	2.789	5.452	6.239	2.443	6.113	6.887	2.158	6.739	7.395	1.986	7.230
	2	5.225	2.823	5.517	5.870	3.171	6.198	7.093	2.778	6.949	7.829	2.453	7.661	8.406	2.257	8.219
	3	5.515	2.979	5.823	6.195	3.347	6.542	7.486	2.932	7.335	8.263	2.589	8.086	8.873	2.383	8.675
	4	5.871	3.171	6.199	6.595	3.562	6.964	7.969	3.121	7.808	8.796	2.756	8.607	9.445	2.536	9.235
	5	6.249	3.376	6.599	7.020	3.792	7.413	8.483	3.322	8.312	9.364	2.934	9.162	10.054	2.700	9.830
	6	6.652	3.594	7.024	7.473	4.037	7.891	9.030	3.536	8.848	9.968	3.123	9.753	10.703	2.874	10.464
	7	6.983	3.772	7.374	7.844	4.237	8.283	9.479	3.712	9.288	10.463	3.278	10.238	11.235	3.017	10.985
	8	7.434	4.016	7.849	8.350	4.511	8.818	10.090	3.952	9.887	11.138	3.489	10.899	11.960	3.212	11.693
AF	1	6.759	3.651	7.138	7.593	4.102	8.018	9.175	3.593	8.990	10.128	3.173	9.910	10.875	2.920	10.633
	2	7.464	4.032	7.882	8.385	4.530	8.854	10.132	3.968	9.928	11.184	3.504	10.944	12.009	3.225	11.742
	3	7.660	4.138	8.088	8.604	4.648	9.086	10.397	4.072	10.187	11.477	3.596	11.230	12.323	3.309	12.049
	4	8.154	4.405	8.610	9.159	4.948	9.672	11.068	4.334	10.844	12.217	3.827	11.954	13.118	3.523	12.826
	5	8.679	4.689	9.165	9.750	5.267	10.296	11.782	4.614	11.544	13.005	4.074	12.725	13.964	3.750	13.653
	6	9.239	4.991	9.756	10.379	5.607	10.960	12.542	4.911	12.288	13.844	4.337	13.546	14.865	3.992	14.534
	7	9.835	5.313	10.385	11.048	5.968	11.666	13.351	5.228	13.081	14.737	4.617	14.420	15.824	4.249	15.471
	8	10.470	5.656	11.055	11.761	6.353	12.419	14.212	5.565	13.925	15.687	4.915	15.350	16.844	4.523	16.469
Incremento		Parcial			12,33%		12,33%	9,18%		12,13%	4,17%		10,23%	3,72%		7,29%
		Acumulado			12,33%		12,33%	22,65%		25,96%	27,76%		38,85%	32,51%		48,97%

Notas:

1 - Critérios de cálculo:

a) Servidores Ativos:

- a.1 - GF de 100 pontos até Fev/2009 e 110 de Mar/2009 em diante;
- a.2 - Adicional de Tempo de Serviço de 23%;
- a.3 - CET de 20%.

b) Servidores Aposentados:

- b.1 - GF de 100 pontos;
- b.2 - Adicional de Tempo de Serviço de 31%;
- b.3 - CET de 20%.

2 - Incrementos em Fev/2009:

- a) 2ª do valor do Ponto da GF - Lei nº 10.962/2008 (+2,99%);

- b) Reajuste geral dos servidores - Lei nº 11.380/2009 (+5,9%);

- c) Reajuste Fisco - Lei nº 11.470/2009 (+3% sobre o reajuste geral).

3 - Incrementos em Mar/2009:

- a) 1ª parcela da incorporação do PDF, mediante elevação do valor do ponto da GF de 3% para 3,485% - Lei nº 11.470/2009;
- b) Elevação do limite máximo de GF dos servidores ativos em dez pontos - Lei nº 11.470/2009;
- c) Redução do PDF dos ativos de 48,28% para 35%.

4 - Incrementos em Mar/2010:

- a) 2ª parcela da incorporação do PDF, mediante elevação do valor do ponto da GF de 3,485% para 3,8% - Lei nº 11.470/2009;
- b) Reajuste Fisco - Lei nº 11.470/2009 (+3% a partir de fev/2010);
- c) Redução do PDF dos ativos de 35% para 28%.

5 - Incrementos em Mar/2011:

- a) 3ª parcela da incorporação do PDF, mediante elevação do valor do ponto da GF de 3,8% para 4% - Lei nº 11.470/2009;
- b) Reajuste Fisco - Lei nº 11.470/2009 (+3% a partir de fev/2011);
- c) Redução do PDF dos ativos de 28% para 24%.



Retorno do Ponto da GF

Segmento vive via crucis e 14 meses depois ainda não percebe ganho negociado

Pensionistas ainda de fora

O governo Wagner deve uma explicação aos 1.350 pensionistas da Sefaz. Em fevereiro de 2008 o governo assinou com o Sindicato um acordo para retornar o valor do ponto da GF a 3%, dividido em 3 parcelas iguais, totalizando um reajuste de 9,5% aos vencimentos. Passados 14 meses desde o acordo, as pensionistas da Secretaria da Fazenda continuam sem perceber o ganho, fruto de uma enorme burocracia no caminho

entre a Sefaz, a Saeb e a Procuradoria do Estado.

O que se pergunta ao governador Wagner e, em particular, ao secretário da Administração, Manoel Vítório, é como em um governo democrático e que já deu mostras de compromisso com os trabalhadores, permite-se que uma situação dessa perdure por tanto tempo?

A seguir, o Sindsefaz faz uma retrospectiva da via

crucis que têm vivido as pensionistas, com todos os passos dados pela entidade para tentar resolver a situação. A leitura do texto mostra que essa situação ainda não se resolveu apenas por desinteresse ou burocracia. E isso é um absurdo, em especial porque se trata do segmento mais prejudicado ao longo dos anos pela política salarial do estado.

Com a palavra a SAEB.

Relato da via crucis das pensionistas

- **25/04/2008** - Por meio da Carta Oficial, encaminhada ao senhor Adriano Tambone, Superintendente de Recursos Humanos da SAEB, o Sindsefaz expõe e requer: *Analisando os contracheques de abril/2008 das pensionistas do Fisco, filiad as ao Sindsefaz (cópias anexo), constatamos a falta da inclusão da parcela relativa ao valor do ponto da Gratificação Fiscal, acordada no âmbito do SENP e implementado pela Lei nº 10.962, de 16 de abril de 2008. Dessa forma, solicitamos a revisão das mencionadas pensões com o correspondente pagamento das diferenças nos contracheques de maio próximo;*

- **09/06/2008** - Tentativa frustrada de conversar com a Diretora de Benefícios da Saeb, Maria Eduarda Sampaio da Cunha e com a Superintendente de Benefícios, Daniella Souza de Moura Gomes;

- **10/06/2008** - Segundo o sub-secretário da Sefaz, Carlos Batista, contactado pela entidade, a Superintendente de Benefícios da Saeb, Daniella Souza de Moura Gomes, solicitou à

Fazenda a atualização do cadastro das pensionistas, no que diz respeito à composição dos proventos do titular, o que ainda não havia sido feito;

- **16/06/2008** - O diretor Jurídico do Sindsefaz, Joaquim Amaral, conversa com a senhora Daniella, cuja explicação foi que havia solicitado à Sefaz (DIRAD/Marcos) informações sobre a composição da pensão (pensão aberta) das 1.357 pensionista do fisco. No entanto, até aquele momento, havia recebido tais informações de apenas 748, restando ainda 609 para atualizar. Disse ela que enquanto isso não fosse feito não havia como implementar a modificação do valor do ponto. Em contato com Marcos, foi informado que muitos desses processos já estavam prontos e seriam encaminhados à Saeb nos próximos dias;

- **01/07/2008** - O diretor Jurídico do Sindsefaz, Joaquim Amaral, conversa com Carlos Alberto, Diretor do FUNPREV. Ele diz que a Saeb (Dra. Eduarda, Diretora de Benefícios, substituta da Dra. Daniella, em férias) estava aguardando

a atualização dos dados (solicitação à DIRAD/Marcos) para fazer uma correção geral das pensões. Em conversa com a Dra. Eduarda, o Sindsefaz foi informado que o processo fora remetido à PGE e que no dia 03/07/2008 haveria uma reunião dela com a Procuradoria para tratar do assunto, inclusive porque o entendimento da Saeb era que as pensionistas cujos benefícios são posteriores a 31/12/2003 (vigência da EC 41/2003) não teriam direito à paridade com os ativos. Questionou se a atual GF teria a mesma disciplina do extinta GP, no que foi esclarecida no sentido afirmativo, tendo em vista o disposto nos arts. 17 e 21 da Lei nº 8.210/2002. Disse ainda que pretendia resolver tais pendências a tempo de incluir o retorno do ponto na folha de julho, cujo fechamento seria dia 17;

- **04/07/2008** - Joaquim fala com a Dra. Eduarda, que disse estar saindo de férias na segunda-feira seguinte e que o Coordenador de Aposentados, Eduardo Mota, ficaria encarregado de resolver essa pendência junto à PGE. O procurador André Bahia estaria com o processo;



- **07/07/2008** - Joaquim fala com o procurador André Bahia (Procurador Assistente) que disse ter recebido o processo no dia 03/07/2008 e que encaminharia para um procurador analisá-lo com prioridade;

- **22/07/2008** - Contato de Joaquim com Eduardo Mota, que informou ter sido o processo encaminhado ao procurador Dr. Rogério Fernandes em 07/07/2008;

- **24/07/2008** - Sindsefaz entra em contato com a PGE (Setor de Protocolo) que informou estar o processo pendente de distribuição;

- **31/07/2008** - A servidora Isabel, da Procuradoria de Pessoal, disse estar distribuindo o processo para um procurador assistente e, que voltasse a contactar na semana seguinte, para saber o nome do sorteado;

- **12/08/2008** - Maria de Fátima Mota, diretora financeira do Sindicato, fala com a PGE, que informou já ter dado parecer, mas a revelação do conteúdo só podia ser feita pessoalmente. O Jurídico fala com Bruno, o qual se comprometeu a pedir ao seu chefe, Eduardo Mota para solicitar o processo da PGE;

- **19/08/2008** - Joaquim fala com Eduardo Mota, que disse ter falado naquele dia com a procuradora assistente e que esta informou já haver um parecer da primeira procuradora e que o analisaria e devolveria o processo na semana seguinte;

- **26/08/2008** - Novo contato com Eduardo Mota que, acessando o sistema, informou ter o processo passado pelo procurador Rogério, cuja manifestação foi entregue em 15/07/2008. Após 15 dias parado, o processo fora encaminhado à procuradora assistente, Dra. Cláudia Zacarias, em 01/08/2008. Ainda segundo o Eduardo, o processo deveria retornar à Saeb ainda naquela semana. Em contato com a Superintendente Daniella Souza de Moura Gomes, ela disse estar na dependência das informações da Sefaz relativa à abertura das pensões (discriminação da composição da pensão) e que não seria implementado o valor do ponto da GF enquanto houvesse pendência no cadastro. Foi agendada reunião com o Diretor da DIRAD/SEFAZ, Geraldo Freitas Amaral para dia 27/08/2008, a fim de discutir encaminhamentos que resultassem na solução do problema;

- **27/08/2008** - Em reunião com Geraldo Freitas Amaral, ele se comprometeu a conversar com Daniella

Souza de Moura Gomes, no sentido de convencê-la a implementar o valor do ponto para as pensionistas que já tinham resolvida a questão cadastral. Comprometeu-se também a tentar obter a relação das pensionistas da Sefaz;

- **09/09/2008** - Novo contato de Joaquim Amaral, diretor do Jurídico do Sindsefaz com Eduardo Mota, que repassou o contato para a senhora Vanessa (Setor de Revisão de Pensão), que por sua vez pediu para retornar depois;

- **11/09/2008** - Novo contato com Geraldo Amaral, que disse ter contactado com Pedro Dórea (Chefe de Gabinete da Sefaz) e com Daniella (Saeb), tendo esta se comprometido a analisar melhor a situação;

- **06/10/2008** - Novo contato com a senhora Vanessa (Setor de Revisão de Pensões do SUPREV), que transferiu o contato para a senhora Lívia, que disse ser a Dra. Maria Eduarda a responsável pelo assunto. A secretária da Dra. Eduarda se comprometeu a retornar a ligação em alguns minutos, mas o retorno só ocorreu horas depois, não encontrando o diretor mais no Sindicato;

- **16/10/2008** - Os diretores do Sindicato, Maria de Fátima Mota, Walmir Cruz e Valter Falcão, estiveram na PGE e conversaram com Isabel (Secretária), que ficou de marcar uma reunião da Procuradora Maria do Carmo com o Sindsefaz. No mesmo dia à tarde Isabel informou a diretora Maria de Fátima que a procuradora entendeu ser desnecessário a reunião, pois devolveria o processo para a Saeb na semana seguinte, até o dia 21/10/2008;

- **29/10/2008** - O Jurídico do Sindicato fala com Lilian (SUPREV), que disse ainda não ter retorno da PGE. Em contato com Eurides, esta informou estar o processo ainda com a procuradora Maria do Carmo. Pediu para ligar novamente no dia seguinte;

- **03/11/2008** - Maria de Fátima fala com Pedro Dórea, que se comprometeu a cobrar da procuradora, Dra. Maria do Carmo, a devolução do processo;

- **13/11/2008** - Segundo a secretária Mirian, o processo agora está com a procuradora Ana Dulce Imbassaí, assessora do Procurador Geral;

- **05/12/2008** - APGE emite parecer favorável em relação às pensionistas cujos titulares faleceram antes da vigência da EC 41/2003 ou, se posterior, que tenham se aposentado com base na

regra do Art. 3º, da EC 47/2005;

- **13/02/2009** - O Diretor Walmir Cruz cobrou da Saeb/Suprev (Maria Eduarda Sampaio da Cunha) o cumprimento da lei e do parecer da PGE, no sentido de incluir o benefício na folha de fevereiro;

- **12/03/2009** - Joaquim fala com a Secretária da Dra. Daniela, a senhora Sílvia, que passou o contato para o senhor Bruno Cintra, da Coordenação de Revisão de Pensão, que por sua vez disse estar lendo o Parecer da PGE e pediu para retornar a ligação em dez minutos. Retornada a ligação, Bruno informou ter havido um despacho da Dra. Daniela, de 19/12/2008, remetendo para o Gabinete da Saeb, que retornou em 29/12/2008. Não informou o conteúdo dos despachos. Em face disso, o Sindsefaz agenda reunião com a Dra. Daniella para o dia 18/03/2009;

- **13/03/2009** - A secretária Sílvia confirma a reunião do dia 18/03/09 com o Dr. Eduardo Bandeira;

- **20/03/2009** - Acontece reunião na SUPREV com a participação, pelo Sindsefaz, de Joaquim Amaral, Jorge Claudemiro, Walmir Cruz e Walter Falcão. Pelo SUPREV participam Eduardo Bandeira, Janaina e Lívia. Foi apresentado um Relatório da Posição de Revisão de Pensão da Sefaz, segundo o qual existiam 1.358 pensões, das quais 1.142 já revisadas e em condições técnicas de ser implementado o valor do ponto da GF, ainda restando 216 pendências a serem resolvidas pela Sefaz/CARU. Ainda segundo esse relatório, a folha mensal das pensionistas do Fisco sem revisão seria de R\$ 4.941.346,00 e com a revisão ficaria em R\$ 5.053.320, ou seja, aumentaria em R\$ 111.973,00 a despesa mensal. Foi ainda informado que a decisão política da Saeb era somente implementar a revisão quando todos os processos forem revistos. Contudo, foi firmado o compromisso pelos prepostos da SUPREV de consultar o Gabinete da Saeb quanto à possibilidade de implementar o valor do ponto, doravante, para as pensões já revistas (1.142), enviar para o Sindsefaz, na semana seguinte, a relação das pensões com pendência (Cadastro, Nome, Endereço, Telefone) e, enviar para o Sindicato a relação completa das pensionistas do Fisco, com indicação das já revistas e das com pendência. O Sindsefaz se comprometeu a procurar o Setor de Pessoal da Sefaz para ajudar na localização dos processos com pendência, bem como contactar as respectivas pensionistas.



Supremo derruba recurso do Governo na ação do SINDSEFAZ

Outra vitória no STF

O Supremo Tribunal Federal, em 14/04/09, sessão presidida pelo Ministro Celso de Mello, não conheceu o recurso extraordinário (RE 591648) impetrado pelo Governo baiano, através da Procuradoria Geral do Estado, no Mandado de Segurança proposto pelo Sindsefaz para estender o PDF aos aposentados do Fisco. A ação tem como Relator o Ministro Cezar Peluso e teve decisão unânime da 2ª turma, contudo ainda poderão ser apresentados novos recursos (agravos, embargos).

O importante é que o Mandado de Segurança (MS 34627-5/2003), em tramitação no STF, ultrapassou mais uma barreira, no Judiciário brasileiro, em favor da paridade constitucional plena para os auditores e agentes de tributos baianos que estão aposentados.

Vale lembrar que a Constituição brasileira garante o direito à paridade plena apenas àqueles servidores públicos que se aposentaram antes de 19 de dezembro de 2003, em face da Emenda Constitucional 41/2003 e da EC nº 47/2005 (altera os art. 2º e 6º da EC 41/2003).

Os fazendários, visando avanços nas carreiras da Sefaz e melhoria salarial para todos, na assembléia geral de 24 de novembro de 2008, com 621 colegas presentes, participaram de votação sobre as negociações entre o Sindsefaz e o

Governo. A posição do governo era de exigir a desistência da Ação Coletiva do PDF e da CET e a renúncia pessoal das ações pelos fazendários em favor de uma forma de incorporação parcial do PDF para ativos de aposentados.

Naquela assembléia, votaram apenas os auditores fiscais e agentes de tributos presentes. A votação foi individual, com cédula e voto em urna. Ao final, foram computados 469 votos a favor do acordo, 25 contrários e 4 votos nulos e brancos.

Os auditores e agentes de tributos, portanto, sob as condições inicialmente apresentadas pela Sefaz, aceitaram a incorporação parcial de cerca de 50% do PDF (Lei 11.470/09, art. 2º, prevê o PDF no limite máximo individual bruto de 24% em março/2011, em relação ao atual percentual de limite máximo no valor de 48,28%*).

Ou seja, de março deste ano até março de 2011 os auditores e agentes de tributos terão parte do PDF incorporado aos seus vencimentos ou proventos, fruto da aprovação e recém sanção da Lei nº 11.470/09. Lei esta capitaneada pelo Governo e apoiada pela imensa maioria dos funcionários da Sefaz e da sua legítima representação sindical, que expôs toda a situação no fórum pertinente e máximo, para tomada de decisões pela categoria, a assembléia geral.

Resultado da incorporação do PDF (Lei nº 11.470/2009)

INCORPORAÇÃO PDF				
Início	PDF Fora		PDF Incorporado	
	Máximo	%	Parcela	Total
Fev 2009	48,28	100,00%		
Mar 2009	35,00	72,49%	27,51%	27,51%
Mar 2010	28,00	58,00%	14,50%	42,00%
Mar 2011	24,00	49,71%	8,29%	50,29%

Luta é pela incorporação total do PDF

Como forma de evitar as falácias, os discursos vazios e as mentiras que alguns poucos insistem em propalar na Fazenda, é necessário dizer que o Sindsefaz buscará, sob todas as óticas, a incorporação total do PDF para os atuais e futuros aposentados.

Para isso, continuará utilizando a fórmula que tem dado certo e trazido inúmeras conquistas aos fazendários: constante diálogo com o governo (que inclusive vem, sistematicamente, sinalizando na direção do entendimento e em favor de futuras incorporações aos seus servidores), maturidade e articulação política, intensas mobilizações e consequentes ações judiciais (com conhecimento técnico e respaldo jurídico).

A diretoria do Sindsefaz chama a atenção dos aposentados, dos aposentandos, mas também dos demais colegas em atividade funcional - os auditores fiscais, agentes de tributos, técnicos administrativos - para consolidarmos a união entre os segmentos da Fazenda em torno dos interesses coletivos dos fazendários e dos interesses do Estado.

Precisamos, sobretudo, neste momento de contundente crise econômica mundial, que afeta o nosso país, contribuir em favor de uma melhor arrecadação e fiscalização no Estado, para que possamos continuar pleiteando, com altivez, outras reivindicações que serão sinônimos de conquistas profissionais e ganhos financeiros para todos os segmentos da Fazenda.

Sindsefaz parabeniza Secretário pela aprovação do PL do Fisco

Encontro com Carlos Martins

A diretoria do Sindsefaz foi recebida em audiência pelo Secretário da Fazenda, Carlos Martins, na última segunda-feira, 13 de abril. O Sindicato parabenizou o titular da Sefaz pela grande vitória alcançada pelo Governo com a aprovação do PL do Fisco na Assembléia Legislativa e com a conseqüente sanção da Lei 11.470 em 09 de abril passado.

Foi um breve balanço. Mas o registro feito por toda diretoria do Sindicato foi que na luta pela aprovação das modificações nas atribuições dos cargos do Fisco e em favor dos avanços salariais para todos os segmentos da Fazenda, o Secretário Martins desempenhou o papel nuclear e foi determinante para que os auditores, agentes e técnicos alcancem avanços em suas carreiras na Fazenda da Bahia.

Após toda polêmica e embate provocados pela bancada de oposição na Assembléia Legislativa em torno do Projeto de Lei do Fisco e que, lamentavelmente, contou com o apoio de um pequeno grupo de servidores do Fisco, a verdade prevaleceu e o governo, com muita competência, paciência, simplesmente, esmagou a oposição na ALBA. Vale lembrar que foram 44 votos a favor e duas abstenções,

tendo os derrotados opositoristas presentes se retirado do plenário da Casa no momento da votação.

Ao final do descontraído encontro, o Secretário Martins agradeceu todo o apoio da imensa maioria dos auditores e agentes nesta batalha e reconheceu que o Sindsefaz foi valoroso para a vitória ser alcançada.

Na oportunidade, a diretoria do Sindicato abordou com

Carlos Martins a questão do subteto. O titular da Sefaz disse que o governador Wagner se comprometeu em modificar o valor do subteto salarial do Poder Executivo, ainda em abril, evitando assim a imposição de perdas salariais para uma parte dos servidores da Fazenda, fruto 1ª parcela de incorporação do PDF (março de 2009), para ativos e aposentados do Fisco (veja matéria na página 7).

Técnicos aguardam regulamentação da lei para terem direito às promoções

Com o advento da Lei 11.374, de 5 de fevereiro de 2009, os Técnicos Administrativos da Sefaz comemoraram o grande avanço da categoria em direção a uma carreira específica do segmento na Fazenda (incorporação total de PDF e criação de gratificação específica - GDF) e comemoram também os avanços financeiros propiciados pela Lei.

Contudo, houve uma diferenciação de tratamento dado os analistas técnicos em relação aos técnicos e auxiliares administrativos do Estado. De forma muito justa os analistas, na própria Lei, tiveram determinados os valores que perceberão nos próximos três

anos, ou seja, mudanças na tabela de vencimentos. Mas alcançaram, ainda, as mudanças nos valores da GPC, a criação da GDF e duas promoções na carreira.

Os técnicos administrativos e auxiliares técnicos conquistaram a GDF no mesmo molde dos analistas e uma nova tabela de vencimentos, mas as promoções ficaram para posterior regulamentação. Esta regulamentação será alvo das novas negociações que o Sindsefaz pretende estabelecer com o Governo Estadual, afinal a Mesa Central de Negociação - segundo o próprio Governo baiano - é uma Mesa permanente.

Assembléia

Fazendários aprovam contas do Sindsefaz e indicam Comissão Eleitoral que dirigirá eleições na entidade

Eleição e prestação de contas

No dia 15 de abril os fazendários se reuniram em duas assembléias, na sede da entidade, para apreciar as contas do exercício financeiro/contábil de 2008 e discutir as eleições para escolha da diretoria do Sindicato, mandato 2009-2012.

Na primeira assembléia os fazendários discutiram as contas. O conselheiro Antonio Carlos Lins Gomes, que dirigiu a Mesa, apresentou o parecer do Conselho Fiscal (veja fac-símile) e o Balanço Patrimonial de 2008. As dúvidas levantadas por alguns presentes foram esclarecidas pela diretora do setor de finanças do Sindsefaz, Maria de Fátima Mota, pelo contador José Barbosa e por Lins Gomes. Ao final, o balanço foi aprovado por unanimidade.

Na segunda assembléia, dirigida pelo colega Joaquim Amaral, os fazendários aprovaram o Regimento Interno das eleições do Sindicato e indicaram os três membros da Comissão Eleitoral (Maria do Socorro Mariano, Sérgio Vítor da Silva e Lindaura Oliveira de Almeida). A eleição ocorrerá no dia 09 de junho. Veja na tabela calendário definido pela Comissão Eleitoral.

Eleição do Sindicato

- Data: 9 de junho
- Inscrição de chapas: 24/04/09 a 08/05/09
- Regras: Conforme edital publicado no Diário Oficial do Estado e na Tribuna da Bahia no dia 24/04/09, ou constante na página do Sindicato. (www.sindsefaz.org.br)



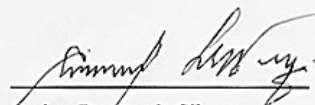
Assembléia aconteceu no auditório da sede do Sindicato

PARECER DO CONSELHO FISCAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA - SINDSEFAZ EXERCÍCIO 2008

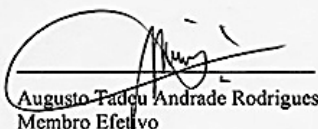
O Conselho Fiscal do Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia - SINDSEFAZ, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 08/04/2009, analisou as Demonstrações Contábeis e Financeiras, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado, Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, pertencentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008.

Concluimos que nos exames procedidos, nas informações obtidas, os referidos relatórios representam adequadamente a situação patrimonial e financeira desta instituição, levando-nos a opinar pela sua aprovação.

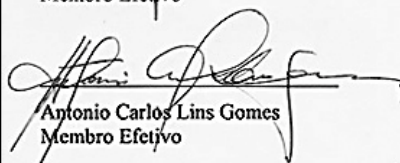
Salvador, 08 de abril de 2009.



Amires Raymundo Silvany
Presidente



Augusto Tadeu Andrade Rodrigues
Membro Efetivo



Antonio Carlos Lins Gomes
Membro Efetivo

Expediente
Expediente
Expediente

Informativo editado sob a responsabilidade da Diretoria Executiva: Joaquim Amaral Filho, Jorge Claudemiro da Silva, José Henrique Santos Abobreira, Maria de Fátima Nascimento Mota, Ney Flávio Oliveira Chaves, Pedro Victor da Silva, Rubens Deusdedit Santiago Filho e Waldir Cruz. - **Jornalista Responsável:** Moacyr Neves (MTb 1736 DRT-BA) - **Editoração:** M2Editora (3245-0005) - **Impressão:** Costagraf Gráfica e Editora **Edição fechada em 22/04/2009**